

Vínculo e instituição como temas básicos da abordagem psicanalítica na formação e no trabalho do psicólogo em instituições públicas¹

Robson Colosio*, Maria Inês Assumpção Fernandes

Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social (LAPSO) do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Resumo: Questões sobre a formação e o trabalho de psicólogos em instituições públicas são abordadas neste estudo por um recorte teórico fundamentado na Psicologia Social (Pichon-Rivière) e na Psicanálise Transicional (René Kaës) que privilegiam a dimensão das relações intersubjetivas (sujeito – grupo – instituição), consciente e inconsciente, na abordagem da complexidade do campo institucional. Os conceitos de vínculo e instituição são definidos e discutidos para compreensão de suas relações e determinações nos processos psíquicos grupais e institucionais, no estabelecimento de alianças inconscientes, na distribuição de poder (lugares e papéis), nos efeitos de enrijecimento, paralisação, crise e ruptura. Remete-se essa discussão à valorização da pesquisa e à proposição de um recorte metodológico (análise institucional do vínculo) centrado no grupo e no conceito de vínculo à formação e ao trabalho do psicólogo na instituição pública (psicólogo pesquisador) como perspectiva para superar estereótipos, capturas ideológicas e formação de pactos que interfiram na consecução do trabalho institucional.

Palavras-chave: psicanálise, psicologia social, grupos e instituições, vínculo, formação de psicólogo.

Introdução

As discussões que envolvem a abordagem do vínculo como conceito em Psicanálise iniciam-se com Freud, em diversos momentos do desenvolvimento da sua obra. Laplanche e Pontalis (1992) reportam-se aos seus primeiros escritos (*Projeto para uma Psicologia Científica*, 1895) para destacar o termo, em alemão, *Bindung*, traduzido como “ligação”, o qual designa a energia do aparelho neurônico que passa do estado livre ao ligado, processo regulado por uma “massa de neurônios” ligados, entre os quais existiriam boas ligações (ego). Esta formação exerce influência sobre outros processos, com efeitos de desligamento (*Entbindung*), como aqueles da lembrança de experiências dolorosas nas quais afeto e desprazer são evocados. A regulação intensa do ego é fundamental para que esses polos de estados de energia sejam contrabalançados e evite-se a liberação brusca de energia livre em descarga. Em um segundo momento da obra de Freud (*Além do Princípio do Prazer*, 1920), a concepção econômica de ligação amplia-se para dar conta das questões do traumatismo e da compulsão à repetição. Nessa condição e em um desdobramento de suas funções, Freud caracteriza um outro tipo de ligação, mais próxima das leis que regulam o desejo inconsciente e a estruturação das fantasias, as leis dos processos primários: “a própria energia livre, tal como é conhecida em psicanálise, não é descarga maciça de excitação, mas

circulação ao longo de cadeias de representações, implicando ‘laços’ associativos” (Laplanche & Pontalis, 1992, p. 271). Ainda neste segundo momento, a ligação surge como característica principal das pulsões de vida em oposição às pulsões de morte: Eros avança, conserva e, portanto, liga. Tânatos destrói, quebras as relações.

Ao longo do desenvolvimento da psicanálise, as contraposições, rupturas e desdobramentos de ideias em teorias e novas proposições, também influenciaram as discussões em torno do conceito de ligação, em particular, na fundamentação do conceito de vínculo. A importância dessa questão é discutida mesmo fora do campo psicanalítico, em especial por Bowlby (2004, citado por Oliveira, 2000, p. 158) que, influenciado pela própria psicanálise, abordou em suas pesquisas a questão do vínculo entre primatas, em situações em que os bebês mostravam preferir a mãe artificial, macia e confortável, mesmo sem lhes fornecer alimento. Desse estudo, propôs a existência de uma pulsão de vinculação que envolveria uma dinâmica distinta da libido ou dos comportamentos de alimentação, consideradas até então como as duas fontes de motivação dos comportamentos humanos. Suas contribuições causaram um impacto extraordinário na psicologia do desenvolvimento pelos aspectos de continuidade e transformação do comportamento, em um jogo dinâmico de inter-relações pessoais com o meio envolvente. Destaca-se, aqui, a emergência da ideia de rede e relações intersubjetivas que coincidem com os desenvolvimentos posteriores da psicanálise, a partir dos estudos de Bion e Winnicott, fundamentados na obra de Melanie Klein, especialmente. Esta, em seus primeiros trabalhos, já destacava a importância da precocidade e intensidade da comunicação corporal não alimentar da criança com a mãe, como uma primeira expressão da capacidade

1 Artigo derivado da tese de doutorado do primeiro autor apresentada ao Instituto de Psicologia da USP, pelo Programa de Psicologia Social, em março de 2012.

* Autor correspondente: robcol@usp.br

de se relacionar, vincular e estabelecer as primeiras relações de objeto, assim como encontrar proteção e apoio psíquico no enfrentamento das ansiedades persecutórias. Diferentemente de Freud, ela considerava o objeto “como algo que se encontra preso nas malhas de uma ‘relação objetual’ constituída por ele mesmo, angústias, emoções, fantasias e defesas específicas” (Oliveira, 2000, p. 160). Bion partiu do vínculo mãe-bebê para criar a concepção de “relação continente-conteúdo”, pela qual destaca o ato da mamada (saciar a fome é o conteúdo referente a uma pulsão vital, enquanto o seio alimentador é o continente materno que aplaca a angústia do bebê) e estende a concepção sobre as relações de objetos totais/parciais de Klein para uma perspectiva na qual as relações objetais ganham a dimensão da abordagem da representação, da ligação em si, não apenas como o sujeito se relaciona com o objeto interno, mas também da sua relação com a função proporcionada pelo próprio objeto, denominada como “elo de ligação” (Bion, 1994, p. 119). Daí a relevância do pensamento no processo de construção do vínculo mãe-bebê, pois as perturbações ou transformações destes nunca é exclusiva de um polo ou de outro, mas do elo dinâmico criado por ambos (vínculo), que se caracteriza como um estado emocional que relaciona continente e conteúdo com características de amor, ódio e pensamento, cujos desdobramentos podem resultar em modalidades de inter-relação dos tipos comensal, parasitária ou simbiótica. Bion, ao propor uma estrutura emocional para a noção de vínculo, dá um salto qualitativo de uma teoria predominantemente intrapsíquica para o social, considerando o sujeito como um resultado dinâmico de uma relação dialética, de um interjogo entre o sujeito e objetos internos e externos, isto é, a interação da realidade psíquica e o mundo exterior (Oliveira, 2000, p. 164).

As concepções de Melanie Klein e W. Bion, como de demais autores, como Kurt Lewin (Psicologia da Gestalt) e G. Bateson (Teoria da Comunicação), foram importantes influências para E. Pichon-Rivière formular sua Teoria do Vínculo, a qual fornece bases para a proposição de uma Psicologia Social ao estabelecer a relação dialética entre a estrutura social e a configuração do mundo interno do sujeito. Sua abordagem da relação mãe-bebê como fundadora das primeiras “ligações” entre o sujeito e o mundo externo assume aspectos mais concretos ao tomar as relações de objeto como a estrutura interna do vínculo. Desse modo, o vínculo é um tipo particular de relação de objeto, cuja estrutura é dinâmica e movida por fatores instintivos, e pelas motivações psicológicas produz, como consequência, uma conduta mais ou menos fixa com o objeto, “formando um *pattern*, uma pauta de conduta que tende a se repetir automaticamente, tanto na relação interna quanto na relação externa com o objeto” (Pichon-Rivière, 1988, p. 17). Articulam-se, assim, dois campos psíquicos do vínculo: o

interno e o externo, sendo que esse vínculo interno condiciona aspectos externos e visíveis do sujeito e por ele é possível definir o caráter de um sujeito, em termos de vínculo, pela sua maneira estável e habitual do modo de ser do sujeito, visto de fora.

As abordagens mais recentes sobre vínculo ganharam novas dimensões a partir de René Kaës, em sua revisão da obra de Freud, de seus “textos sociais” e das suas concepções de grupo, massa e coletividade, como anteriores à noção de indivíduo. Kaës (1997) tem como projeto encontrar as bases de uma compreensão psicanalítica dos fenômenos psíquicos que se produzem nos pequenos grupos humanos, a qual passa pelas diversas modalidades e efeitos de sujeição de humanos entre si e como se constituem, transformam-se ou desaparecem o sujeito singular e o Eu (*Je*). O sujeito das relações estabelecidas no grupo é, por um lado, constituído como sujeito do inconsciente e, por outro, constituinte da realidade psíquica ali produzida.

O espaço intrapsíquico individual não é mais concebido como o lugar exclusivo do inconsciente. A ideia de uma tópica deslocalizada, intersubjetiva, tinha sido introduzida por Freud a partir do momento no qual a questão da transmissão psíquica colocava-se não somente na escala de muitas gerações, mas na sincronia dos sujeitos que formam o casal, a família ou o grupo. (Kaës, 1997, p. 246)

Dessa revisão de Freud resulta a proposição de uma concepção politópica do inconsciente pela qual formula a “hipótese de uma função cor-recalcante em nível do grupo e a produção grupal de um recalque. . . . Trabalha igualmente com a hipótese, segundo a qual certas modalidades do recalque estão em operação nas alianças inconscientes” (Fernandes, 2005, p. 123). Essa hipótese é produto de uma nova metapsicologia desenvolvida por Kaës que toma a perspectiva da intersubjetividade como articuladora das relações entre o duplo limite constitutivo dos espaços psíquicos dentro e fora de cada sujeito; a textura psíquica da intersubjetividade é a condição do sujeito do inconsciente.

Realidade Psíquica, vínculo e grupo.

O conceito de realidade psíquica utilizado por Kaës (1997) define-se por sua própria consistência: a matéria psíquica é irreduzível e coloca-se em oposição a qualquer outra categoria de realidade. Trata-se de formações, processos e instâncias geradas pelo inconsciente, especialmente pelas fantasias inconscientes e pelas séries conflituosas desejo/defesa, prazer/desprazer, realidade interna/realidade externa. Uma porção dessa realidade psíquica é partilhada com outros sujeitos; o que leva à possibilidade de pensar o grupo como um “aparelho” gerador de uma realidade psíquica própria (aparelho psíquico grupal) pelo qual formações e processos psíquicos são produzidos e regidos no grupo por uma lógica de determinação e por instâncias próprias a esse conjunto. Essas formações e processos não

2 Embora se configure com um pleonasmo na língua portuguesa, “elo de ligação” faz sentido em psicanálise à medida que a ligação entre dois elementos psíquicos sempre cria uma nova dimensão na relação intersubjetiva, a qual não se reduz às partes envolvidas, tal como a clivagem ou a realidade psíquica.

se reduzem à soma das contribuições dos membros do grupo, mas a uma articulação entre a realidade psíquica do grupo e a do sujeito singular, “a fim de tentar explicar a parte que cabe a este na formação daquela, e a maneira pela qual o sujeito se forma na intersubjetividade como sujeito do inconsciente” (Kaës, 2011, p. 18).

As alianças inconscientes são uma das principais formações da realidade psíquica. Elas organizam e caracterizam a consistência dos vínculos que se estabelecem em diversas modalidades de configuração vincular: nos casais, nas famílias, nos grupos e nas instituições. Elas se caracterizam pela necessidade incondicional que cada sujeito tem do outro para realizar seus desejos inconscientes e vice-versa, e têm, por finalidade, manter reprimido, rechaçado, renegado ou apagado o que em cada um dos sujeitos de um vínculo pode colocar em perigo o próprio vínculo, cujo desdobramento resulta em acordos inconscientes, os quais são constitutivos do inconsciente de cada sujeito. Elas participam da estruturação da vida psíquica de cada sujeito, enquanto sujeito do inconsciente e sujeito dessas alianças, pois, “por estrutura e por função, as alianças inconscientes estão para tanto destinadas a produzir inconsciente e permanecer inconscientes” (Kaës, 2009, p. 101). Essas articulações realizam-se na dimensão das relações intersubjetivas, definidas como estruturas dinâmicas do espaço psíquico entre dois ou vários sujeitos que compreende “processos, formações e experiências específicos, cujos efeitos infletem o advento dos sujeitos do inconsciente e de seu futuro Eu no seio de um Nós” (Kaës, 2011, p. 24). Tal perspectiva distancia-se bastante daquela que reduziria a intersubjetividade a fenômenos de interação, ao mesmo tempo que amplia a concepção de grupo ao atribuir-lhe várias modalidades de organização, de funcionamento psíquico e do desenvolvimento de uma epistemologia psicanalítica que, em um primeiro momento, denomina *o sujeito do inconsciente como sujeito do grupo*, e, mais recentemente, formula-o como “um singular plural”.

Vínculo e Instituição

A articulação vínculo-instituição como perspectiva na formação e trabalho de psicólogos evidencia-se na abordagem da complexidade do campo institucional. Em um curso de Psicologia é fundamental abordar os aspectos formais e de funcionamento de uma instituição (estrutura, hierarquias etc.) tanto quanto aqueles naturalizados ou enrustidos no cotidiano institucional, não reconhecidos como efeitos dos jogos de força e das relações de poder. Guirado (2009) refere-se a esse cotidiano pelo conceito de instituição (a partir de Albuquerque, 1978) como um “conjunto de relações sociais que se repetem e, nessa repetição, legitimam-se” (p. 36). Essa legitimação se dá, em ato, pelos efeitos de reconhecimento de que essas relações são óbvias e que estão naturalmente constituídas; como na escola, onde habita uma repetição silenciosa dos rituais cotidianos de professores e alunos, da disciplinarização de corpos e pensamentos, da organização dos papéis (agentes/

clientela), como atores em cena. É a ação das pessoas que faz, reproduz e legitima a instituição e, por isso, ela não lhes é um corpo estranho ou independente. Esse efeito desdobra-se pelo fato de que toda instituição constitui um objeto (imaterial, impalpável) circunscrito à tarefa social que realiza e justifica sua existência, cujo monopólio é reivindicado em uma delimitação do âmbito de ação com outras instituições: a cura (como objeto das práticas médicas); o ensino formal; a direção e a disciplina dos atos dos educandos (como objeto das práticas escolares); a promoção dos vínculos familiares (como objeto da assistência social) etc. Em sua base, toda instituição constitui-se na e pela relação de clientela, entre agentes institucionais e clientes dessas instituições. “É nessa relação que se define a tensão entre posse e alienação do objeto institucional. Uma relação de poder, portanto, um jogo de forças poder/resistência, que se dá no e pelo discurso” (Guirado, 2009, p. 37). O discurso é aqui entendido como um dispositivo para afirmação de uma posição, um lugar na enunciação, repleto de palavras para ouvir e para falar, com os efeitos sobre a compreensão e a ação do outro em uma relação e em um determinado contexto.

A Psicologia, por essa perspectiva, poderia também ser considerada como instituição, uma instituição do conhecimento e da prática profissional que instrumentalizaria o psicólogo ao exercício da psicologia, desde que devidamente formado em uma determinada comunidade discursiva, a qual lhe dá referência teórica, suporte psíquico e autorização interventiva, cujo efeito resultante repercute na “legitimação, naturalização muda do conhecimento constituído. E tudo isso se passa à revelia de nossas consciências” (Guirado, 2009, p. 39). Fernandes (1994) desvenda uma relação análoga, na área da saúde, a partir da crítica que Basaglia (1985) elabora sobre as relações estabelecidas em instituições psiquiátricas:

o novo psiquiatra social, o psicoterapeuta, o assistente social, o psicólogo da indústria, o sociólogo da empresa (para citar só alguns) são os novos administradores da violência no poder, na medida em que, atenuando os atritos, dobrando as resistências, resolvendo os conflitos provocados por suas instituições, limitam-se a consentir, com sua ação técnica aparentemente reparadora e não-violenta, que se perpetue a violência global. Cumprem em última análise, com uma tarefa adaptativa, no pior sentido. (Fernandes, 1994, p. 83)

O trabalho de Pichon-Rivière é ilustrativo nesse aspecto ao buscar compreender as relações mutuamente determinantes entre o indivíduo e a instituição, no sentido de desenvolver estratégias que levem à transformação dessas relações. A proposição do dispositivo de Grupo Operativo, por exemplo, aponta para o redirecionamento dos vetores do discurso, situação na qual o terapeuta (coordenador do grupo) retira-se do lugar central do grupo para ceder espaço à tarefa. Centrar-se na tarefa resulta na promoção da

organização do processo grupal e a reintegração do pensamento fragmentado em função da superação dos obstáculos que interferem em sua transformação. Reserva-se ao grupo o lugar da fala e do saber, cabendo ao coordenador um trabalho de análise sistemática dos fatores que impedem a elaboração da tarefa. Propõe-se, nesse sentido, uma operação para atingir, de um lado, as marcas imobilizantes, “conservadoras”, no âmbito do sujeito, e, de outro, a natureza burocratizante da instituição que conduz ao enriquecimento de lugares e ao estancamento da circulação dos papéis possíveis a serem ocupados na própria instituição. Esse caráter da instituição é atestado pelo fato de que ela quase nunca se coloca disponível para análise (Fernandes, 1994).

A abordagem do campo institucional resguarda ainda aspectos mais complexos ao que concerne a dimensão do inconsciente, a questão do vínculo nas relações que ali se estabelecem, as modalidades de ligação, de transmissão e de transformação, tanto quanto das formações e os processos psíquicos que se realizam nas inter-relações de sujeitos, grupos e instituições. Nessa perspectiva, torna-se um desafio formular uma compreensão dos agenciamentos psíquicos na intersubjetividade enquanto relações concretas que se estabelecem no campo institucional, nos jogos de força e de poder, nas legitimações e naturalizações etc.; processos que concorrem na instituição, cujos desdobramentos podem promover ou impedir a realização da sua tarefa social.

Kaës (1991) enfrenta essas complexidades ao abordar as várias funções que a instituição cumpre na condição de fonte, apoio, transmissão e sustentação da vida psíquica inconsciente. Além disso, ela possui a função de fornecer a continuidade das redes e dos conjuntos que ela forma nas relações intersubjetivas, mediado inextricavelmente pelo grupo. Além disso, temos:

Nossa modernidade nos confronta com a erupção, de forma muitas vezes catastrófica, daquilo que assegura as continuidades da vida, seus encaixes biológicos, sociais, políticos, religiosos, culturais: juntas, essas continuidades interdependentes formam o fundo geralmente implícito da nossa vida psíquica. A instituição, as instituições asseguram silenciosamente essas continuidades, base cultural complementar da rocha biológica sobre as quais se apoia o espaço da psique. A erupção da instituição nesse espaço o subverte. O risco então é de se negar, de se contornar ou de se fetichizar a instituição. Sua incessante invenção não pode proceder senão de um duplo reconhecimento de suas funções e de sua legitimidade, ao mesmo tempo pelo político e pela instância psíquica dos indivíduos singulares. (Kaës, 1991, p. 18)

Pensar o campo institucional exige abandonar a ideia de um sistema de redes vinculares articuladas em ligações psíquicas organizadas, porém complexo e

indiscriminado e que exige um trabalho constante para a construção de uma representação da instituição. Essa é uma tarefa fundamental para a economia do pensamento da relação do sujeito com a instituição, cuja função é colocar um curativo na ferida narcísica, de forma a evitar a angústia do caos, justificar e manter os custos identificatórios e preservar as funções dos ideais e dos ídolos. Esses fundamentos narcísicos e objetivos da posição de indivíduo engajado na instituição (objetos parciais idealizados e perseguidores) estão na base das relações institucionais pelas quais o indivíduo experimenta sua dependência nas identificações imaginárias e simbólicas que mantêm juntas a cadeia institucional e a trama de sua vinculação. Os sujeitos somente se tornam seres falantes e desejantes porque a instituição sustenta a designação do impossível: a proibição da posse da mãe-instituição, a proibição do retorno à origem e da fusão imediata. O sujeito é arrastado na rede da linguagem da tribo e sofre por não conseguir que a singularidade de sua fala se faça reconhecer. Aquilo que na relação com a instituição permanece como sofrimento continua sendo impensado devido ao recalque, à recusa, à reprovação. Estes são os mecanismos básicos do estabelecimento das *alianças inconscientes*, as quais formam os enquadres ou pontos de apoio intersubjetivos da subjetividade. Elas são as condições e garantias metapsíquicas do espaço no qual “o Eu pode advir”, além de assegurarem a transmissão da vida psíquica entre as gerações. Seus defeitos ou falhas testemunham a regressão das formas contratuais do vínculo para relações de força em prol de grupos que detêm o poder de definir, de maneira arbitrária e violenta, as normas sociais e o lugar de cada um, a ordem e os valores dominantes; e que conduzem aqueles que as sofrem a deteriorações sociais e psíquicas radicais (Kaës, 2011, p. 21).

As complexidades do campo institucional alcançam a dimensão do irrepresentável, aquém do recalque, no campo do Negativo: a instituição, na sua dimensão de pano de fundo da subjetividade, somente pode ser pensada no tempo consecutivo a uma experiência de ruptura catastrófica do quadro estático e mudo que constitui para a vida e para o processo psíquico, a partir de um enquadre apropriado e um aparelho para pensar, representados pelo dispositivo psicanalítico. Evidencia-se assim, o descentramento radical da subjetividade, posição na qual o indivíduo é confrontado com a dificuldade de pensar a instituição, pois ela o precede, determina e inscreve em suas malhas e em seus discursos e, desse modo, estrutura e impõe relações que sustentam sua identidade (Kaës, 1991, p. 20). O sujeito amarrado, apoiado e atacado por algo que está fora de si e ao mesmo tempo é sua parte mais primitiva, a mais indiferenciada, a base do seu ser – aquilo que o expõe à loucura e alimenta sua capacidade criadora –, e tem nesse fundo do irrepresentável a base da exteriorização de uma dimensão psíquica que, de forma impessoal e dessubjetivada, dispersa-se, perde-se e germina em um espaço fora dele, que é, ao mesmo tempo, uma de suas partes. Essa é a relação mais anônima, violenta e forte que mantém com as instituições, constituindo espaços psíquicos comuns

que são coextensivos aos agrupamentos de diversos tipos. Esses espaços psíquicos são articulados e apoiados por duas margens heterogêneas: a margem biológica que atualiza a experiência corporal e a margem social que atualiza a experiência institucional; ambas mergulhadas na dimensão do desconhecido.

Com esses assinalamentos, Kaës mostra muito claramente a dimensão e as raízes de um discurso que tem uma fatura a pagar com o lado mais primitivo do sujeito e que a todo momento procura manter-se em um movimento de equilíbrio (homeostase) para manter-se vivo e operante no meio social, nos grupos e na sua vida íntima.

As dificuldades de compreensão do campo institucional recaem também sobre a questão do vínculo, um sistema no qual o sujeito é parte interessada e integrante – o que requer a aceitação do sujeito de que uma parte de si mesmo não lhe pertence propriamente. Para além das relações bipolarizadas interno-externo, continente-conteúdo, determinante-determinado, parte-todo, Kaës (1991) propõe um sistema polinuclear de encaixes, no qual o continente do sujeito (o grupo) é o conteúdo de um meta-continente (a instituição) ou, ainda, uma organização do discurso que se determina em redes de sentido interferentes, cada uma organizando de maneira própria as insistências do desejo e as ocultações de sua manifestação. Nessa perspectiva, evidencia-se ainda a questão da origem e do destino: a instituição é geradora e gerada pelas representações sociais que a capturam e lhe dão função. Se, de um lado, realizam sua tarefa por um tipo de organização que inclui os jogos de poder e seus mecanismos burocráticos (normatizadores e formuladores de um discurso que organiza, em hierarquias, os lugares e funções de quem decide e de quem executa), por outro, amarra o sujeito em suas necessidades de organização e apoio da vida psíquica. Localizam-se sobre este ponto as discussões apresentadas acima, relativas a esse sujeito submetido ao jogo de forças e às relações de poder das práticas institucionais (Fernandes, 1994; Guirado, 2009). Com Kaës (1991), a dimensão do funcionamento psíquico que envolve o sujeito, o grupo e a instituição ganha importância, consistência e esclarecimento enquanto entremeada nas malhas do acontecer institucional, em grande parte inconsciente. Esse é um pensamento que escapa à formação e ao trabalho em Psicologia, porém, é de fundamental importância para a construção de uma compreensão ampliada dos intricados fenômenos que ocorrem no campo institucional, os quais poderiam contribuir muito para a formulação de hipóteses e para o estabelecimento de estratégias diferenciadas de intervenção.

Esse trabalho coletivo do pensar realiza uma das funções capitais das instituições, que é fornecer representações comuns e matrizes identificadoras, o que supõe determinar lugar e exercer poder: dar um “status” às relações da parte e do conjunto, unir os estados não integrados, propor objetos de pensamento que tenham um sentido para os indivíduos aos quais é destinada a representação e que gerem

pensamentos sobre o passado, o presente e o futuro; indicar os limites e as transgressões, assegurar a identidade, dramatizar os movimentos pulsionais. (Kaës, 1991, p. 21)

O trabalho coletivo do pensar é realizado pelo grupo na instituição, mantê-lo é cumprir a função de organização, regulação e continuidade psíquica tão necessárias ao sujeito, ao próprio grupo e às instituições. A falha nesse trabalho faz eclodir aquilo que Bleger (1991) aponta como o desbloqueio da sociabilidade sincrética, da parte psicótica ou não discriminada, na qual cada indivíduo não se diferencia de um outro, ou não se vê discriminado entre os outros. Essa sociabilidade sincrética se encontra depositada na instituição por meio de uma forte clivagem que diferencia o Eu do não Eu. A relação é tão intrincada que leva o autor a afirmar que o ser humano, antes de ser uma pessoa, é sempre um grupo “não no sentido de pertencer a um grupo, mas no sentido de que sua personalidade é um grupo . . . qualquer dissolução ou uma tentativa de mudança de uma organização pode produzir diretamente uma desagregação da personalidade” (Bleger, 1991, p. 69).

Kaës (1991) aponta essa unidade entre sujeito e instituição como parte inscrita na longa história da inauguração da civilização, na qual as instituições cumprem as garantias metafísicas sociais e culturais da continuidade e do sentido da vida, mas nem sempre os valores que proclamam são absolutamente justos e coerentes, por isso, não deixam de ser atacadas. Na sua falha ou na instabilidade há uma cobrança de responsabilidades pelo abandono, pela condução ao caos, que somente se manifestam nos momentos quando, progressivamente, a parte estranha do sujeito, que estava ali depositada, impõe-se lhe. A relação ambígua que se estende e entrelaça-se, do sujeito ao grupo e à instituição está sempre presente/ausente e exige um trabalho psíquico contínuo, de avanços e recuos geradores de sofrimento, mas também de proteção no campo institucional.

O momento de irrupção também é o momento de reconhecimento, a contrapartida é a possibilidade de invenção de novos espaços e modalidades de vínculos e de pensamentos no uso de novos depósitos e pela reconstituição dos panos de fundo psíquicos. Por essa perspectiva, torna-se interessante notar como essa paradoxalidade/ ambiguidade toma sentido, em particular na postura dos sujeitos frente à possibilidade de mudança ou transformação no campo institucional. Há sempre em jogo uma necessidade de mudança em oposição a uma necessidade de estabilidade e, no extremo, algo próximo ao que Pichon-Rivière (1983) descreve como o processo de paralisia no grupo. No Grupo Operativo, quando a realização da tarefa toca em estruturas estereotipadas, é possível que provoque uma resistência à mudança, isso em virtude da mobilização de ansiedades básicas (ansiedade depressiva/ansiedade paranoide). O trabalho do coordenador de Grupo Operativo, via interpretação das fantasias inconscientes, realiza-se sobre esse momento de irrupção de crise no grupo ou na instituição, com a possibilidade de abrir caminho ao processo de resignificação de

representações (mudança ou atribuição de novos significados e sentidos), circulantes no campo institucional. Esse trabalho, ao mesmo tempo em que promove a transformação para uma nova etapa do acontecer institucional, mantém as bases da identificação narcísica do sujeito com seu grupo e com o projeto institucional. A restituição de modalidades de comunicação entre os membros de um grupo que se encontram enrijecidas recolocam a palavra, o esclarecimento, a aprendizagem e a resolução da tarefa novamente em circulação no espaço de trabalho do grupo.

Estereotipia e alienação são estados complexos que podem ser verificados no funcionamento dos grupos, mas que não os restringem, pois tangem diretamente às funções psíquicas meta-defensivas cumpridas pela instituição frente às angústias psicóticas – que ela mobiliza e por vezes trata, tendo em vista o seu próprio fim – e que se realizam tanto em sua estrutura e dinâmica quanto em sua economia. No campo institucional, realiza-se um trabalho psíquico do qual participam os processos geradores da *indiferenciação* e da homogeneização com a função de eliminar o caráter conflitante de certas ordens de lógicas diferentes e complementares e de fazê-las coincidir em uma unidade imaginária. As instituições estimulam a sinergia de todos esses investimentos e de todas as formações que produzem a ilusão da coincidência e mantêm a relação isomórfica entre os indivíduos e o seu grupo, até que a irrupção violenta do recalco e do negativo destrua os pactos inconscientes que selam o consenso e, dissociando a aparelhagem do agrupamento, revele as lógicas distintas que se dissimulavam nas formações comuns, tão necessárias ao sujeito singular quanto ao conjunto do qual ele procede e que ajuda a compor (Kaës, 1991). É nessa característica que repousa o cuidado do trabalho em Psicologia, qual seja, promover o trabalho psíquico da transformação do vínculo (garantido pelas alianças inconscientes) para que o grupo saia da estereotipia e da alienação. Esse trabalho demanda atenção aos momentos e passagens pelas crises e rupturas próprias desse processo, orientada por uma perspectiva teórica e prática clínica que o preserve do risco de provocar traumas ou dissolução do grupo; especialmente na proposição de alguma nova modalidade de intervenção.

Por outro lado, a capacidade das instituições de tolerar o funcionamento de níveis relativamente heterogêneos, de aceitar as interferências de lógicas diferentes, constitui a base de sua função metafórica. Sua flexibilidade em lidar com a pluralidade de espaços e circunstâncias psíquicas revela-se pela propriedade de restituir a heterogeneidade das ordens diferentes, pois nunca as apaga totalmente. A plurifuncionalidade também é uma característica da instituição, considerando a diversidade de cenas psíquicas que a faz funcionar, mantendo juntos espaços heterogêneos, mas muitas vezes inextricáveis. O trabalho psicanalítico com as instituições pode resultar, por objetivo e efeito, no restabelecimento dessa capacidade metafórica, a qual pode ser alcançada por um trabalho constante de diferenciação entre os sujeitos, sua ligação e o objeto sobre o qual a instituição se funda. Tudo isso sem prescindir do cuidado de manter o vínculo narcísico de seus membros

no trabalho de transformação e mudança institucional, pois quando o objetivo primário da instituição os expõe a ataques e a perigos violentos, ela é, então, atacada. Estão, assim, em jogo duas vertentes do narcisismo: a que diz respeito ao sujeito na sua singularidade e a que diz respeito ao conjunto do qual é parte ativa. A crise pode vir a assumir o sentido de uma ameaça da vinculação com o conjunto, na medida em que haveria certo risco de que o sujeito viesse a perder o lugar que nela ocupa e, conseqüentemente, questionar a ordem comum sobre a qual se fundou, narcisicamente, sua própria continuidade. A aderência narcísica ao objeto institucional comum diz respeito à origem comum dos sujeitos unidos na fantasia familiar. O efeito dessa aderência é a suposição de que cada um é capaz de pôr em perigo o objeto comum compartilhado, a partir do momento em que se apropria de uma parte dele que, por essa razão, é subtraída da comunidade.

As instituições fundam-se, assim, sobre organizadores inconscientes e sobre formações mistas que asseguram, para os sujeitos e para os seus vínculos, os investimentos, as representações, as satisfações de desejo e as defesas de que têm necessidade nessa relação. Fundam-se sobre um pacto denegativo, e, portanto, sobre um “deixar de lado”, sobre um resto que pode seguir diferentes destinos. Elas também se fundam sobre o irrepresentado e sobre o silêncio radical, nos elos perdidos da cadeia das representações e das posições que elas organizam e que formam o seu relevo (Kaës, 1991, p. 48).

Finalizando, a organização psíquica inconsciente da instituição é o resultado do agenciamento de formações que mantêm unidos os membros da instituição e determinam, segundo o modo de causalidade próprio do inconsciente, os processos psíquicos específicos que aí se desenvolvem. Essa organização precede cada sujeito singular e comanda a organização cada vez mais particular do recalco, do recalco e de suas ramificações na dimensão do intrapsíquico e do transobjetivo. Neste estudo, essas questões são consideradas como fundamentais para a formação e o trabalho do psicólogo na instituição, pois investigar e intervir nos momentos de tensão (crise/ruptura) ou de alienação (defesa/estereotipia) são condições para evitar tanto sofrimentos e adocimentos quanto impedimentos à realização da tarefa do sujeito (profissional) e seu grupo (equipe), os quais têm como finalidade o cumprimento dos objetivos sociais da instituição.

Discussão

As inter-relações entre Vínculo e Instituição, exploradas até este ponto, solicitam uma reorientação da perspectiva de formação e trabalho do psicólogo em instituições públicas como forma de lidar com a complexidade do campo institucional nas várias dimensões que o configuram: a dimensão psíquica das relações intersubjetivas e sua estrutura e organização, além dos espaços de comunicação, trabalho e de trocas nele estabelecidos. A perspectiva de uma *análise institucional do vínculo* procura construir uma modalidade de compreensão desse campo, na qual se privilegia o vínculo como unidade de análise, o qual se estabelece pelos

processos psíquicos e de comunicação (inconscientes, intrapsíquicos, inter e transobjetivos) que se articulam em sua formação e manutenção entre sujeitos, grupos e instituição. O campo de análise do vínculo estrutura-se em torno do eixo das relações institucionais, cuja perspectiva se curvaria sobre o sujeito enlaçado nas relações de poder e dos compromissos firmados pelas alianças inconscientes, nas quais ele é parte constituída e constituinte. Nesta condição, abre-se ao sujeito a possibilidade de ocupar o lugar de emergente da situação grupal, das relações intersubjetivas e inconscientes, que se desenvolvem no acontecer institucional. O sujeito fala a partir de uma condição de recalque, cujo objeto são os conteúdos não suportados pelo grupo, como em um grande acordo, que dá garantias de existência ao grupo ao colocar para fora tudo que possa ameaçá-lo. A expulsão é a condição necessária para o estabelecimento das alianças inconscientes (e suas modalidades de formação: os pactos narcísicos, os pactos denegativos, as alianças denegadoras, a comunidade de negação e o contrato narcísico), as quais se estabelecem entre sujeitos de um conjunto intersubjetivo: casal, família, grupo (de trabalho), instituição.

Nessa “negociação psíquica inconsciente” ficam abertas as possibilidades de analisar as relações de lugar e poder da ordem política e institucional à qual o sujeito psíquico está subjugado, assim como, irremediavelmente, à ordem do inconsciente e da realidade externa, especialmente da realidade inconsciente intra, inter e transpsíquica. “O sujeito se distingue pela distância que estabeleceu entre o lugar que ocupa na relação de submissão à ordem que o constitui e à representação que ele se proporciona relativa a esse lugar e a essa relação” (Kaës, 1997, p. 100).

A importância do pensamento de René Kaës evidencia-se por circunscrever o sujeito da psicanálise, o qual se diferencia do sujeito do campo social (das relações sociais de produção), do político (ato de poder) e do jurídico (da instituição das leis e de sua aplicação). Ele discute um sujeito que para manter o vínculo que estabelece e mantém com grupos e instituições, “não dará atenção a um certo número de coisas: elas devem ser recalçadas, rejeitadas, abolidas, depositadas ou apagadas. Mas ao manter um ar de simulacro, elas abrem também um espaço onde o possível pode ser inventado” (Kaës, 1997, p. 257).

Uma *análise institucional do vínculo* se propõe a ser um recorte metodológico para abordar a complexidade das relações intersubjetivas inconscientes no campo institucional. Permite pensar a Psicologia como instituição do conhecimento e da prática profissional e, desse modo, analisar as modalidades de discurso que circulam na instituição (discurso oficial em confronto com a prática cotidiana, como transitam entre formal e informal), assim como as modalidades de funcionamento dos grupos (entre a alienação e a transformação), o exercício de poder, a hierarquias e a burocracia, a organização das tarefas institucionais etc. Enfim todos os processos que se estabelecem para que a instituição enfrente sua tarefa cotidiana (ou dela se proteja).

Ao propor uma análise dos processos psíquicos intersubjetivos que subjazem no acontecer institucional, a

análise institucional do vínculo possibilita escapar do estereótipo do profissional instrumentalizado no manejo de dispositivos de diagnóstico e intervenção prontos a resolver conflitos, antecipar problemas e controlar comportamentos, tal como construído e mantido no imaginário de pacientes, gestores e alguns profissionais, dentro e fora da Psicologia. Outra contribuição para a desconstrução desse estereótipo poderia ser empreendida pela ampliação do espaço de formação às instituições públicas de serviço, ao colocar o aluno em confrontação a uma realidade social e institucional que extrapole sua formação. O contato com os profissionais no cotidiano institucional, suas práticas e discursos, suas demandas e atribuições, pode oferecer experiências fundamentais de formação, no sentido de promover mudanças nas formas de olhar e escutar, instrumentais básicos para o trabalho em psicanálise, os fenômenos que ali se desenvolvem. O campo institucional, pela abordagem psicanalítica da intersubjetividade, exige uma passagem da perspectiva epistemológica que realiza uma dicotomia sujeito (grupo)-instituição, como ordens absolutas e independentes (intrapíquico), para lançar-se à compreensão das relações (intersubjetivas) em malhas complexas de vínculos e da pluralidade de alianças inconscientes (Kaës, 1997), da dupla determinação do sujeito (Pichon-Rivière, 2005), do jogo de forças e relações de poder (Guirado, 2009) e da centralidade da compreensão e manejo do grupo como o lugar privilegiado de investigação e intervenção (Fernandes, 1994).

Enfatiza-se na formação em psicologia o conhecimento amplo da problemática social enfrentada por uma instituição; uma dimensão importante, mas secundária frente à tarefa específica da psicologia a promover os processos de *transformação* (realizados na dimensão psíquica da intersubjetividade e empreendidos pelo sujeito, enquanto sujeito do grupo) e os de *mudança* (realizados na dimensão institucional, em suas modalidades de funcionamento, estrutura e organização de trabalho, e empreendidos pelo grupo), tais como apontados por Rouchy e Desroche (2005). Esses são aspectos fundamentais da dimensão “vínculo-instituição”, pois pressupõem a reorganização das estruturas, tanto dos sujeitos e dos grupos quanto das instituições, nas “fronteiras fluidas” entre todos. Do contrário, “não se pode pensar em mudanças efetivas sem que afetem processos de identificação e a identidade de membros da organização, assim como as estruturas nas quais eles trabalham, interagem e evoluem juntos” (Rouchy & Desroche, 2005, p. 14).

Esta referência toca em outra crítica à formação em Psicologia, que trata da aplicação de um modelo de clínica individual ao trabalho na instituição pública. Esse descompasso, intensificado pela ênfase de trabalho em equipes multidisciplinares, tem suas raízes na falta de articulação entre as instituições de formação (universidade) e de trabalho (serviço), como espaços de formação em Psicologia; assim como na falta de compreensão e reconhecimento do lugar e das dimensões possíveis do trabalho do psicólogo em uma instituição. Neste aspecto, Colosio (2012), a partir de Bleger (1984), aponta possibilidades que partem da clínica individualizada, passam pelos grupos (de intervenção e

internos da instituição) e alcançam a dimensão do funcionamento institucional (inclusive nas dimensões apontadas por Amarante, 1999: do jurídico-político, técnico-assistencial, teórico-conceitual, sociocultural) e suas relações com o fora (as políticas públicas, as relações com a comunidade, os órgãos governamentais etc.). Nas equipes multiprofissionais, além da condição de membro (profissional), o psicólogo pode atuar no enfrentamento das dificuldades, entraves e estereótipos do grupo que lhe impedem de realizar a tarefa institucional, como coordenador de grupo operativo. Nesta condição, seria antes necessária a consolidação de outra modalidade de trabalho do psicólogo, como consultor, tal como aponta Bleger (1984), cuja tarefa se realizaria sobre o estudo e a intervenção nas intrincadas relações que se dão entre grupos e instituição, das interferências, permissões e entraves que se impõem desta àquela e vice-versa.

Nas equipes multidisciplinares há uma complexidade proveniente da diversidade de procedências e formações de cada profissional, e as dificuldades em seu funcionamento que permitem a formação de um pensamento único (efeito da formulação de alianças inconscientes e da sinergia de investimentos), regido pelo poder e pensamento biomédico (na Saúde, especialmente). Como consequência, ocorre o abandono de um referencial teórico claro e a reprodução de estereótipos de discurso, de senso comum e adesão aos processos burocratizantes da instituição. Assinalam-se ainda as experimentações interventivas de toda ordem, sem (a)filiação em Psicologia, ou desdobradas da miscigenação de conceitos e abordagens teóricas de diferentes epistemologias (uma aludida “erudição” ou “flexibilidade” em contraposição à alegada “rigidez” das teorias). No complexo e intrincado campo da Psicologia, essa mistura de conceitos, concepções de mundo e de sujeito torna-se perigosa pelo “apagamento das fronteiras entre as diferentes teorias que se transformam em ideologias” (Fernandes, 2005, p. 41) – uma questão que deve ser esclarecida e consolidada durante a formação em Psicologia. Nesse aspecto, Colosio (2012) aponta o caráter do trabalho do psicólogo na instituição como indissociavelmente realizado da condição de pesquisador e firmado em um reconhecido corpo teórico.

Essa crítica não pretende atribuir responsabilidades individualizadas, visto que considera esse fenômeno como expressões de alianças e pactos, gerados e mantidos pelos grupos na instituição, os quais instituem os enquadres de trabalho, os apoios intersubjetivos que permitem ou impedem ao psicólogo e à instituição desenvolver sua tarefa social. Nesse jogo dialético de relações intersubjetivas atravessadas pela dimensão do inconsciente, os vetores da verticalidade (sujeito) e da horizontalidade (grupos) devem ser considerados, um sem detrimento do outro. O psicólogo (sujeito) é membro do grupo, portanto constitui e mantém os vínculos e os pactos no campo institucional. Dessa condição, sobressai-se a questão da formação com grande força, no sentido do papel que tem a desempenhar na mudança e transformação desse campo. Estar alheio às complexidades do campo institucional, na dimensão e profundidade do que foi abordado até este ponto, pode levá-lo a uma posição de

confusão e hesitação, particularmente quando realiza críticas, propõe mudanças de “boa intenção” ao funcionamento institucional ou mesmo quando se acomoda ou revolta-se ao verificar que seu trabalho “não dá certo” ou “falta cooperação” dos colegas; tudo isso sem se perceber e compreender qual o lugar, o papel e a tarefa que ele ocupa na instituição.

Uma mudança nas concepções sobre a formação e o trabalho do psicólogo, a partir da abordagem do campo institucional e das relações e determinações intersubjetivas que ali ocorrem, poderia ajudar a compreender como o trabalho nesse espaço não está restrito a questões técnicas e pontuais de cada área do saber que ali atua, nem da magnitude ou magnificência do trabalho de seus profissionais, da competência de seus coordenadores e administradores (governo) ou ainda do avanço das políticas públicas e melhoria das condições físicas e de trabalho das instituições; além de tudo isso, é fundamental considerá-lo como um lugar de complexidades em que várias dimensões entrecruzam-se (políticas, sociais, econômicas etc.), mas sobretudo, na compreensão ampliada da instituição, para além da escola, do hospital, da prisão; como um campo de relações complexas que sustentam e cumprem funções psíquicas de manutenção, transmissão e continuidade da vida para os sujeitos e os grupos.

Finalizando, este artigo tenta pensar uma formação em Psicologia orientada pelo referencial psicanalítico na abordagem das relações intersubjetivas, a partir dos conceitos de vínculo e instituição; assim como estruturada solidamente nas questões e procedimentos de pesquisa científica (da compreensão das diferenças entre métodos: dialético, experimental, fenomenológico, paradoxal etc.), na qual a centralidade do grupo, como objeto de investigação e dispositivo de intervenção, é inextricável ao processo de conhecimento e à construção de uma postura de psicólogo pesquisador, voltado ao campo institucional (como trabalhador ou consultor, a partir das concepções de Bleger, 1984). Essa proposição exige uma ampliação das articulações entre instituições de formação e de trabalho para estabelecimento de espaços de pesquisa e geração de conhecimento, nos quais a formação do psicólogo realizasse entre ambas. No que se refere ao seu trabalho, é necessário que ambas acompanhem a construção das condições necessárias ao trabalho psíquico de transformação possível de ser realizado nos espaços de elaboração, intermediação e transicionalidade³ gerados e mediados pelo grupo. Dessa

3 Kaës discute a questão do espaço transicional a partir da sua constituição primitiva, a mediação que a mãe estabelece entre as necessidades psíquicas e corporais da criança e o meio psíquico e social que a rodeia e da cultura, a partir de Winnicott; assim liga o brincar e o espaço transicional. Nesse espaço a capacidade de brincar, atacada no traumatismo, nos momentos de tensão, enrijecimento e rupturas, é recuperada; é também “um lugar para colocarmos aquilo que encontramos” (Winnicott). No espaço transicional dá-se um “momento paradoxal profundo que supõe uma experiência subjetiva e intersubjetiva de tolerância e confiança. Esta é a consistência desse vínculo paradoxal ‘aceito e não-resolvido’, do qual fala Winnicott . . . O surgimento do espaço transicional permite a exploração, pelo brincar, dos objetos, dos outros e da cultura, nesse espaço intermediário onde flutuam e, posteriormente, estabelecem-se os limites entre o dentro e o fora, o ego e o não-ego, o meu e o não meu.” (Kaës, 2005, pp. 25-26)

forma, enfrentar as demandas que se apresentam na instituição (externas, dos usuários, e internas, superação de conflitos, estabelecimento de acordos e projetos nos grupos

de trabalho), tanto na superação de obstáculos quanto na geração de processos de transformação e mudança, necessários para o cumprimento da sua tarefa social.

Bond and institution as basic themes in the psychoanalytical approach to education and work of psychologists within public institutions

Abstract: Issues related to the education and work of psychologists within public institutions are discussed in this paper by a methodological frame based on Pichon-Rivière's Social Psychology and René Kaës' Transitional Psychoanalysis which focus the dimension of the intersubjective relationships (subject – group – institution), conscious and unconscious, for the approaching of the complexity of the institutional field. The concepts of bond and institution are defined and discussed in order to understand their relationships and determinations in the psychic processes of groups and of institutions, in the establishment of unconscious alliances, in the distribution of power (places and roles), in the rigidities effects, stoppage, crisis and rupture. This discussion gives importance to the research and proposes a methodological frame (institutional analysis of the bond) centered in the group and bond concepts to the psychologist's education and work in the public institutions (researcher psychologist) as a perspective to overcome stereotypes, to avoid ideological captures and establish pacts, which could interfere in the accomplishment of the institutional work.

Keywords: psychoanalysis, social psychology, groups and institutions, bond, psychologist education.

Lien et institution comme themes de base de l'approche psychanalytique dans la formation et le travail du psychologue dans les institutions publiques.

Résumé: Les questions sur la formation et le travail des psychologues dans les institutions publiques sont analysées par une coupure théorique fondée sur la Psychologie Sociale (Pichon-Rivière) et la Psychanalyse Transitionnelle (René Kaës) qui privilégient la dimension des relations intersubjectives (sujet - groupe - institution), conscient et inconscient, pour la compréhension de la complexité du champ institutionnel. Les concepts d'institution et lien sont définis et discutés pour comprendre leurs relations et déterminations dans les processus psychiques groupaux et institutionnels: dans l'établissement d'alliances inconscientes, dans la distribution de pouvoir (lieux et rôles), dans les effets de durcissements, l'immobilisation, la crise et la rupture. Cette discussion renvoie à la valorisation de la recherche et à la proposition d'une coupure méthodologique centrée dans le groupe et dans le concept de lien à la formation et au travail du psychologue dans l'institution publique (le psychologue chercheur) comme la perspective pour dépasser des stéréotypes, éviter des captures idéologiques et la formation de pactes qui interfèrent dans l'accomplissement du travail institutionnel

Mots-clés: psychanalyse, psychologie sociale, groupes et institutions, lien, formation de psychologues.

Vínculo e instituição como temas básicos del enfoque psicoanalítico en la formación y el trabajo del psicólogo en instituciones públicas

Resumen: Los temas de la formación y el trabajo en instituciones públicas de los psicólogos son abordados en este estudio a través de un recorte teórico ubicado en la Psicología Social (Pichon-Rivière) y en el Psicoanálisis Transicional (René Kaës) que privilegian la dimensión de las relaciones intersubjetivas (sujeto – grupo – institución), consciente e inconsciente, para la comprensión de la complejidad del campo institucional. Los conceptos del vínculo e institución son definidos y discutidos para comprender sus relaciones y determinaciones en los procesos psíquicos grupales e institucionales: en el establecimiento de alianzas inconscientes, en la distribución del poder (lugares y roles), en los efectos de rigidez, la paralización, la crisis y la ruptura. Esa discusión se remite a la valorización de la investigación y la proposición de un recorte metodológico centrado en el grupo y en el concepto del vínculo en la formación y el trabajo de psicólogo en la institución pública (psicólogo investigador) como forma de superación de estereotipos, de evitar capturas ideológicas y la formación de pactos que interfieran en la realización del trabajo institucional

Palabras clave: psicoanálisis, psicología social, grupos e instituciones, vínculo, formación del psicólogo.

Referências

- Amarante, P. (1999). Manicômio e loucura no final do século e do milênio. In *Fim de século: ainda manicômios?* (pp. 47-53). São Paulo, SP: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Bion, W. R. (1994). *Estudos psicanalíticos revisados – Second thoughts* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Bleger, J. (1984). *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Bleger, J. (1991). O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In R. Kaës (Org.), *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos* (pp. 59-71). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Colosio, R. (2012). *A formação e o trabalho do psicólogo em instituições públicas: uma proposta de análise institucional do vínculo* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Dimenstein, M. D. B. (1998). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 53-81.
- Fernandes, M. I. A. (1994). Psicanálise e psicologia social na trajetória da construção de uma técnica: o grupo operativo. *Boletim de Psicologia*, 44(100-101), 81-87.
- Fernandes, M. I. A. (2005). *Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. São Paulo, SP: Escuta.
- Freud, S. (1996a). Totem e tabu. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 13, pp. 109-162). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1912-1913)
- Freud, S. (1996b). Além do princípio do prazer. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 17-75). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1916-1920)
- Freud, S. (1996c). Psicologia de grupo e análise do ego. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 115-126). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (1996d). Mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 81-148). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1930)
- Guirado, M. (2009). *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Kaës, R. (1991). *A realidade psíquica e o sofrimento nas instituições*. In R. Kaës (Org.), *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos* (pp. 20-58). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2003). A negatividade: problemática geral. *Psicologia USP*, 14(1), 21-36.
- Kaës, R. (2005). *Os espaços psíquicos comuns e compartilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2009). Lógicas del inconciente e intersubjetividade: trazado de una problemática. *Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares*, 32(2), 81 -115.
- Kaës, R. (2011). *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo, SP: Loyola.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1992). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Oliveira, R. A. (2000). Do vínculo às relações sociais: aspectos psicodinâmicos. *Análise Psicológica*, 2(18), 157-170.
- Pichon-Rivière, E. (1983). *O processo grupal*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Pichon-Rivière, E. (1988). *Teoria do vínculo* (3a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Rouchy, J. C., & Desroche, M. S. (2005). *Instituição e mudança: processo psíquico na organização*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Recebido: 03/12/2013
 Reformulação: 30/05/2014
 Aceito: 09/07/2014